

A SALA DE AULA NO ESPAÇO CARCERÁRIO

Luziê Maria Fontenele-Gomes¹, Maria de Cássia Passos Brandão Gonçalves², Ediana Pereira da Silva³

Eixo temático 5: Formação Discente e Espaços de Atuação

Resumo: o Brasil possui a terceira maior população carcerária do mundo, sendo a maioria das pessoas privadas de liberdade, jovens sem escolarização ou pouco escolarizados que, por motivos diversos, abandonaram a escola, tornando-se presas fáceis do mundo do crime. O “viver” na prisão só acentua a situação de exclusão dessas pessoas, uma vez que nesse espaço muito pouco é oferecido para oportunizar uma mudança de vida, embora a educação seja um direito de todos e um dever do estado garantir sua oferta às pessoas privadas de liberdade, como estabelecem a Constituição (1988) e a Lei de Execuções Penais (1984). Refletir sobre essa realidade acena para a necessidade da escola situada no sistema prisional se constituir não como um local de domesticação do corpo e de obediência (FOUCAULT, 2009), mas, essencialmente, como um lugar de construção da liberdade e da consciência crítica social. Para além das peculiaridades de uma sala de aula na prisão como: janelas gradeadas, material didático vistoriado e limitado, carga horária reduzida entre outras situações de vigília e punição, a docência deve ser compreendida, sobretudo, pela importância do professor “problematizar aos alunos os conteúdos que os mediatiza” (FREIRE, 1983). Para tanto, é necessário que as instituições de ensino superior, especialmente as públicas, contemplem nos currículos dos cursos de licenciatura, discussões acerca do processo de ensino e aprendizagem em espaços diferenciados como as escolas do sistema prisional. No entanto, as iniciativas de formação de professores voltadas para tais especificidades, ainda, são restritas a ações isoladas de projetos e programas. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é discutir as contribuições do Subprojeto Interdisciplinar Pibid/Uesb para a formação de futuros professores da educação básica, a partir das vivências, observações e intervenções pedagógicas, no cotidiano de uma escola no sistema prisional. Participaram da pesquisa três bolsistas de iniciação à docência (bolsistas ID) de diferentes licenciaturas, todos com dois anos no Pibid, atuando no conjunto penal com turmas dos sexos masculino e feminino; a coleta dos dados foi realizada a partir de entrevista semiestruturada. Os resultados acenam para uma mudança de representações, concepções dos bolsistas ID acerca da educação no sistema prisional, bem como uma reflexão mais aprofundada sobre os valores e propósitos da educação. A experiência de estar em uma sala de aula em um espaço totalmente diferente dos comuns do estágio supervisionado traz um significado relevante e um olhar mais humano.

Palavras-chave: Formação de professor; Sala de aula no sistema carcerário; Pibid.

Introdução

¹ Mestre em Letras: Cultura, Educação e Linguagens. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: luzietfontenele@gmail.com

² Mestre em Educação. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: cassiauesb@gmail.com

³ Graduanda do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: edianapereiras@hotmail.com

Nos últimos anos, a população carcerária brasileira tem crescido de forma acelerada, são mais de 726 mil pessoas presas, ficando atrás dos Estados Unidos e da China, conforme os dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen, divulgado pelo Departamento Penitenciário Nacional – Depen, do Ministério da Justiça e Segurança Pública (BRASIL, 2017), caracterizando-se na terceira maior população carcerária do mundo, sendo que grande parte é de pessoas jovens, sem escolarização ou pouco escolarizadas que, por motivos diversos, abandonaram a escola, tornando-se presas fáceis do mundo do crime.

Em geral, as pessoas privadas de liberdade estão em unidades superlotadas, sem escolas e/ou atividades laborais, contrapondo o que determina a Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984). Atualmente, são 55% de pessoas presas na faixa etária de 18 a 29 anos; 37% devido o tráfico de drogas, tipo de crime de maior incidência; 64% de etnia negra. Quanto à escolaridade, os índices são alarmantes: 4% analfabetos; 6% alfabetização (sem cursos regulares); 51% ensino fundamental incompleto; 15% ensino médio incompleto; 9% ensino médio completo e 1% ensino superior incompleto (BRASIL, 2017). De acordo com esses dados, sobretudo os escolares, é preciso que os espaços prisionais ofereçam uma educação escolarizada que oportunize as pessoas privadas de liberdade iniciar e/ou continuar os seus estudos.

O “viver” na prisão só acentua a situação de exclusão dessas pessoas, uma vez que nesse espaço pouco é oferecido para oportunizar uma mudança de vida, embora a educação seja um direito de todos e um dever do estado garantir sua oferta às pessoas privadas de liberdade, como estabelecem a Constituição (1988) e a Lei de Execuções Penais (1984). Refletir sobre essa realidade acena para a necessidade da escola do sistema prisional se constituir não como um local de domesticação do corpo e de obediência (FOUCAULT, 2009), mas, essencialmente, como um lugar de construção da liberdade e da consciência crítica social.

Para tanto, é necessário que as instituições de ensino superior, especialmente as públicas, contemplem nos currículos dos cursos de licenciatura, discussões acerca do processo de ensino e aprendizagem em espaços diferenciados como as escolas situadas no sistema prisional. No entanto, as iniciativas de formação de professores voltadas para tais especificidades, ainda, são restritas a ações isoladas de projetos e programas.

Nesse sentido, o Subprojeto Interdisciplinar, na linha de ação em Educação de Jovens e Adultos, que integrou o Projeto Institucional Microrrede Ensino-Aprendizagem-Formação, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Jequié, no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), teve uma atuação pioneira, no

período de 2014-2017, com ações desenvolvidas em sala de aula pelos alunos das diversas licenciaturas da Universidade junto aos internos de uma unidade prisional no sudoeste baiano.

O objetivo deste trabalho é discutir as contribuições do Subprojeto Interdisciplinar Pibid/Uesb para a formação de futuros professores da educação básica, a partir das vivências, observações e intervenções pedagógicas, no cotidiano de uma escola no sistema prisional.

Desafios da escola no espaço carcerário

A escola enquanto espaço de convivência, de interação humana e de aprendizagem poderia ser mais um caminho para que os sujeitos refizessem e (re)construíssem sua realidade, “evidenciando outras possibilidades de marcar suas presenças no e com o mundo” (ONOFRE, 2012, p.281). No entanto, os professores, ao se pautarem numa pedagogia prescritiva, centram-se na dimensão cognitiva como se fosse possível desenvolvê-la apenas por meio da técnica e do conteúdo, além de uma prática de ensino dissociada da emoção e das atitudes, sendo esta mais um fator que corrobora para que muitos jovens abandonem a escola, após experiências de sucessivas repetências.

A ausência de efetivas políticas públicas de educação e de qualidade para todos consiste em um dos fatores que mais concorre para o agravamento desse cenário contemporâneo, sobretudo para as pessoas jovens e adultas que não tiveram a oportunidade ou por razões diversas não puderam concluir a educação básica quando crianças e adolescentes.

A educação nos presídios se constitui como um dever do Estado, embora seja reconhecida nos discursos políticos como uma das vias primordiais para a ressocialização das pessoas privadas de liberdade. Na sociedade brasileira, não se percebe um investimento em políticas públicas que seja capaz de superar a concepção de educação enquanto um modelo disciplinador, controlador ou um instrumento para “docilizar corpos” (FOUCAULT, 2009).

Geralmente, são poucos os incentivos às pessoas privadas de liberdade para retornarem aos seus estudos, como também são escassos os investimentos para a formação de professores que atuam em espaços prisionais, a fim de que possam conceber outras estratégias de formação e de gestão de uma sala de aula multisseriada. Ou, ainda, criarem novos modelos de educação capazes de promover práticas educativas que favoreçam o desenvolvimento de competências cognitivas e socioafetivas (atitudes e valores) necessárias ao empoderamento das pessoas presas para que ressignifiquem suas histórias de vida e, assim, retornem ao convívio social de forma mais consciente e ética. De acordo com Menotti e Onofre (2014), a escola pode ser considerada como

espaço de diálogo e reflexão no interior das prisões, desde que compreenda as particularidades dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos – EJA, visando uma sociedade menos desigual, sendo importante a participação do Estado na tarefa de garantir o direito de educação para todos/as, inclusive para os grupos menos privilegiados, marginalizados e excluídos pela sociedade. Essa educação (...) deve respeitar o conhecimento e a experiência de vida que o/a aluno/a traz consigo. (MENOTTI; ONOFRE, 2014, p.134)

O enfrentamento de tais desafios acena para a importância do desenvolvimento de pesquisas que visam compreender que a efetivação de políticas de Educação de Jovens e Adultos e a educação prisional não pode acontecer de modo automatizado, reproduzindo os paradigmas hegemônicos que guiam as práticas desenvolvidas nas escolas regulares. A formação autêntica, como afirma Freire (2007), tem como ponto de partida e de chegada à própria pessoa, a sua conscientização e a possibilidade de re(fazer) sua trajetória de vida. Haja vista que:

a escola nos presídios tem uma enorme responsabilidade na formação de indivíduos autônomos, na ampliação do acesso aos bens culturais em geral, no fortalecimento da autoestima desses sujeitos, assim como na consciência de seus deveres e direitos, criando oportunidades para seu reingresso na sociedade. (JULIANO, 2007, p.47)

Nesse sentido, o Pibid, enquanto uma ação da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação (MEC) que objetiva proporcionar aos alunos dos cursos de licenciatura “uma aproximação prática com o cotidiano das escolas públicas de educação básica e com o contexto em que elas estão inseridas” (BRASIL, 2018), pode trazer contribuições importantes para o debate e a construção de conhecimentos no espaço carcerário, acerca de novas estratégias para o ensino e aprendizagem em sala de aula.

A prisão é um espaço que não é demarcado somente pelas grades e muralhas, mas também pelo poder exercido nas relações sociais (FOUCAULT, 2009). Assim, para além das peculiaridades de uma sala de aula na prisão como: janelas gradeadas, material didático vistoso e limitado, carga horária reduzida entre outras situações de vigília e punição, a docência deve ser compreendida, sobretudo, pela importância do professor “problematizar aos alunos os conteúdos que os mediatiza” (FREIRE, 2005).

O acesso à educação na prisão é um direito humano, que deve atender aos aspectos cognitivos e, também, sociais, embora, na prática, haja, ainda, muitos impedimentos. É preciso entender que a educação,

além dos benefícios da instrução escolar, oferece também ao interno a possibilidade de participar de um processo de modificação capaz de melhorar sua visão de mundo,

contribuindo para a formação de um senso crítico que auxilie no entendimento do valor da liberdade. (JULIÃO, 2007, p. 48)

As pessoas privadas de liberdade, após cumprirem suas penas, retornarão ao convívio social, o que justifica a relevância da escola no sistema prisional.

Bolsistas de iniciação à docência na sala de aula do espaço carcerário

O trabalho foi desenvolvido por bolsistas de iniciação à docência (bolsista ID) na unidade prisional onde funciona um anexo de uma escola pública com, aproximadamente, 250 internos matriculados, entre homens e mulheres. Os alunos da Uesb, bolsistas ID do Pibid, oriundos de diferentes licenciaturas, tais como: Biologia, Dança, Letras, Matemática, Química, Pedagogia e Teatro, desenvolveram intervenções pedagógicas com turmas do ensino fundamental II e ensino médio, sob a supervisão de dois professores da escola parceira e da coordenação da professora da universidade. Nessa pesquisa, participaram três bolsistas das licenciaturas: Dança, Letras e Matemática, todos com dois anos no Pibid, atuando no conjunto penal em turmas dos sexos masculino e feminino.

A recolha dos dados foi realizada a partir de entrevista semiestruturada. Os entrevistados são identificados aqui por nomes fictícios para garantir o anonimato dos sujeitos: Fernando Artes; Marcele Letras e Isabela Matemática. Perguntamos aos bolsistas ID sobre suas considerações em participar do Pibid em um espaço prisional.

A bolsista ID Marcele Letras em seus depoimentos expressa a mudança de representação em relação às pessoas privadas liberdade, quando afirma que: *“As aulas foram extremamente gratificantes, porque eu mesma não imaginava como era um presídio. Tinha a ideia do que via em filmes e na televisão, mas entrando, vi que são pessoas como a gente e que necessitam estudar, mudar de vida”*. Ou, ainda, *“Eu não imaginava que fosse encontrar gente que escrevia poesia, que gostava de ler. A gente imagina um lugar de pessoas perigosas que não podíamos nem chegar perto delas”* (grifo nosso).

Superar determinadas representações sociais, no caso da bolsista ID Marcele Letras acerca das pessoas privadas de liberdade, é compreender como assinala Freire (2006), que homens e mulheres não nascem prontos, não são seres acabados, ao contrário, são sujeitos de possibilidades, portanto, da mesma forma que por razões adversas essas pessoas foram conduzidos ao mundo do crime, são, também, capazes de valorar, intervir, escolher, decidir e romper com a situação que ora se apresenta.

Nessa perspectiva, de (re)significação do seu próprio fazer, tanto em relação aos alunos privados de liberdade como aos bolsistas ID, a educação bancária (FREIRE, 2006) não é suficiente, é preciso que se invista em outras formas de ensinar e de aprender, que possibilitem aos sujeitos terem como ponto de partida e chegada suas próprias histórias de vida.

Nesse movimento de ensino e aprendizagem, ao mesmo tempo em que a bolsista ID Marcele Letras, “forma/ensina” criando condições em sala de aula para que os alunos privados de liberdade se desenvolvam, ela também “se forma” enquanto futura professora. A bolsista ID, quando tocada por essa experiência, pode transformar a sua prática em sala de aula, ao ver não só o aluno, o presidiário, mas sobretudo a pessoa que tem uma história de vida singular. Pensar na pessoa do aluno requer refletir sobre quais estratégias de ensino podem lhes desafiar a ir além do que está sendo, mediante o processo de aprendizagem dos conteúdos, a construir novas competências cognitivas e socioafetivas capazes de lhes auxiliar a ler o mundo de uma forma diferente.

A fala do bolsista ID Fernando Artes complementa essa discussão acerca da necessidade de se promover uma educação que não tenha nos conteúdos um fim em si mesmo. Assim diz o bolsista ID:

*“O Pibid trouxe uma luz para a minha futura profissão. A arte não pode e não deve ficar somente no espaço convencional. Ela deve viajar, deve ir para mundos diferentes. Na prisão deve ter arte, a arte liberta. Liberta o corpo e a mente. Faz das pessoas presas, sujeitos de si mesmos. Essa **autonomia crítica** que a escola precisa levar para seus alunos, principalmente aqueles privados de liberdade”* (grifo nosso).

Cabe à escola, como ao bolsista ID, criar possibilidades para que os alunos desenvolvam a sua autonomia, a sua capacidade de observar, analisar, problematizar as situações e tomar decisões de modo ético. No entanto, isso não significa dizer que o professor não seja autoridade em sala de aula, como assevera Freire (2006, p.105), o grande problema que se coloca em relação a criar condições para o desenvolvimento da autonomia do aluno, é “como trabalhar no sentido de fazer possível que a necessidade do limite seja assumida eticamente pela liberdade”. Quando o bolsista ID Fernando Artes trata de “autonomia crítica”, aproxima-se da ideia de Freire acerca do conceito de “liberdade”, cuja compreensão é de que esta “amadurece no confronto com outras liberdades, na defesa de seus direitos em face da autoridade” de outros.

São as experiências respeitadas de liberdade, segundo Freire (2006), estimuladoras da decisão e das respostas que fazem emergir a autonomia, entendida como um processo de amadurecimento do ser para si, como um vir a ser, no caso dos bolsistas ID, um tornar-se

professor profissional capaz de agir frente às incertezas da prática de modo comprometido, responsável e ético.

Nesse sentido, a experiência no Pibid, parece ter provocado, desafiado, o bolsista ID Fernando Artes a refletir de forma, cada vez mais profunda, questionando-se sobre a sua própria visão de educação, escola, currículo e do papel que o teatro e a dança ocupa nesses espaços.

*“Acho que essa experiência do Pibid me trouxe **outra visão da educação, da escola e da sala de aula**, porque muitas vezes o que aprendemos nas aulas da Universidade não é a mesma coisa de estar vivenciando. E o Pibid foi isso, um ano, dois anos, três anos e eu na sala de aula junto com o professor, participando de tudo, **aprendendo junto com os alunos como ser professor**. Essa vivência trouxe uma bagagem profissional muito importante para a minha vida, porque nos **currículos da educação básica, não tem teatro e nem dança, e na prisão também é assim. Vencer o preconceito e ser criativo** foi o que me impulsionou a fazer um trabalho diferente” (Fernando Artes) (grifo nosso).*

À medida que os bolsistas ID vão reconstruindo suas representações acerca do aluno presidiário e da escola, do papel da educação, passam a valorizar e desenvolver novas estratégias de ensino, tendo os alunos como protagonistas do seu processo de aprendizagem. De acordo com Menotti e Onofre (2014, p.134), “A prisão pode ir além da privação de liberdade, pois embora seja um ambiente de repressão, regido por normas e regras rígidas de controle, pode através de algumas práticas sociais desempenhar a essência de sua função que deve possibilitar a reintegração do indivíduo à sociedade.”

Nessa ótica, os bolsistas ID percebem a importância da escola e das aulas no ambiente prisional, como sinalizam seus depoimentos:

*“Os alunos do presídio são muito interessados em Matemática, eles gostam de desafios e de aprender. Acho uma pena a gente não ter mais tempo para desenvolver um trabalho bem legal. **Se aqui tivesse uma sala só para desenvolvermos projetos com jogos matemáticos**, acho que muitos alunos poderiam até participar de uma olimpíada e ganhar, porque eles são bons mesmo” (Isabela Matemática) (grifo nosso).*

*“Eu pude **realizar uma pequena coletânea de poesias com as alunas do presídio**, elas são muito românticas, escrevem coisas que, segundo elas, vêm da alma e do coração. **Palavras que podem resgatar a autoestima delas e trabalhar com sentimentos e autocrítica** como entender o porquê estar ali naquela situação. Pra mim, foi um aprendizado de vida, não somente profissional mas também de aprender a olhar para o outro.” (Marcele Letras). (grifo nosso).*

No depoimento da bolsista ID Marcele Letras, percebe-se que a preocupação não estar mais centrada na quantidade de conteúdos a ser repassado, mas na pessoa da aluna, no desenvolvimento de capacidades que vão para além da memorização e da repetição de fatos e dados, envolvendo “a autoestima, os sentimentos e a autocrítica”.

Ainda, em relação ao aprendizado, a bolsista ID Isabela Matemática assinala que *“penso que esse aprendizado é por tudo, por o aluno estar ali sem poder sair, por ter que saber bem o que vamos fazer na sala de aula, **preparar bem a aula e saber que nem tudo podemos levar, os materiais didáticos são revistados**”*. O fato de nem todos os materiais didáticos poderem ser utilizados em uma sala de aula no sistema carcerária, tanto pode dificultar o trabalho dos professores como instigar sua criatividade, no sentido de não ficar limitado ao que já está pronto e disponível para o trabalho em escolas extramuros. No caso da formação de futuros professores, a vivência nesses espaços, também, aguça a criatividade dos bolsistas ID, tornando-os mais protagonistas da sua formação ao terem que analisar cada situação didática, adaptar e/ou construir novos materiais, de acordo com os objetivos do processo de ensino e aprendizagem e as exigências do local.

A bolsista ID Isabela Matemática afirma que *“é uma responsabilidade dobrada ser professor de um estabelecimento penal. Acho que esse **olhar me deixou mais atenta, mais cuidadosa na minha futura profissão**”* (grifo nosso). A bolsista ID percebe que o planejamento não é uma mera exigência burocrática, preparar a aula, definir quais os recursos pedagógicos utilizar e de que forma usá-los, exige cuidado e responsabilidade por parte do professor. A escolha que se faz do caminho a percorrer expressa a concepção que se tem de educação e, no caso deste trabalho, sobretudo, a visão do ser homem enquanto possibilidades de ser e de vir a ser.

Todas as falas dos bolsistas ID entrevistados apontam para um comprometimento intrínseco e ético, construído paulatinamente nas ações pedagógicas do cotidiano escolar, no ser professor. Os resultados acenam para uma mudança de representações, concepções dos bolsistas ID acerca da educação no sistema prisional, mas também dos valores e propósitos da educação. Para a necessidade da inserção da temática prisional no contexto da formação de professores, visto que a educação é um direito humano inalienável que todos devem ter, estejam as pessoas livres ou não.

Considerações finais

O ambiente escolar se reveste de grande importância, à medida que contribui para discutir valores e conhecimentos que promovem a construção da cidadania. Os bolsistas ID assinalam que as práticas desenvolvidas na sala de aula foram planejadas e, algumas até ensaiadas, em particular, as atividades de dança e teatro, pensando em um público específico.

Os estágios nas licenciaturas precisam ter como perspectiva o desenvolvimento de novas competências dos futuros professores, tendo em vista os diferentes saberes e situações

encontradas no campo de trabalho, o que implica, também, em novos olhares para os alunos, quer fora ou dentro das prisões. E, nesse sentido, o futuro professor precisa ser preparado, tendo a experiência de estar em uma sala de aula em um espaço totalmente diferente dos comuns do estágio supervisionado.

O Pibid proporcionou a oportunidade para alguns alunos das licenciaturas atuarem em um local não formal, no entanto, nem todos que gostariam de participar do projeto, em especial com atuação no espaço carcerário, puderam ter essa chance. E, pelo visto, não poderão ter mais, uma vez que não há estágios em espaços prisionais. É preciso que a universidade, em suas licenciaturas, tenha de fato políticas de inclusão que envolvam não somente os alunos e seus estágios, mas também a coletividade e, nessa ótica, a população carcerária precisa estar inserida.

Urge ser de responsabilidade das instituições públicas de ensino superior contribuir para a redução do número de pessoas encarceradas no Brasil, realizando trabalhos voltados à educação, à reinserção social e à cidadania, o que traz um significado relevante para a sociedade.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 5 de outubro de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Pibid - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência**. Brasília, DF: Fundação Capes, 2018. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid/pibid>>. Acesso em: 10 set. 2017.

_____. **Lei de Execução Penal nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. 1984. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm>. Acesso em: 10 set. 2017.

_____. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Infopen - atualização junho de 2016. Brasília: Departamento Penitenciário Nacional, 2017. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorio_2016_22-11.pdf>. Acesso em: 10 set. 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. História da violência nas prisões. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

_____. **Pedagogia da autonomia**. 33. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2005.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. As políticas de educação para o sistema penitenciário: análise de uma experiência brasileira. In: ONOFRE, Elenice Cammarosano (Org.). **Educação escolar entre as grades**. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

MENOTTI, Camila Cardoso; ONOFRE, Elenice Cammarosano. O sentido e o significado da docência na perspectiva de educadores/as aprisionados/as. In: FALCADE-PEREIRA, Ires Aparecida; ASINELLI-LUZ, Araci (Orgs.). **O espaço prisional**: estudos, pesquisas e reflexões de práticas educativas. Curitiba: Appris, 2014.

ONOFRE, Elenice Cammarosano. Educação escolar na prisão: controvérsias e caminhos de enfrentamento e superação da cilada. In: LOURENÇO, Arlindo da Silva; _____. **O espaço da prisão e suas práticas educativas**: enfoques e perspectivas contemporâneas. São Carlos: EduFSCAR, 2012.